

NOME: _____

DISCIPLINA: História do Brasil **ASSUNTO:** Constituições

HORÁRIO DE INÍCIO: _____ **HORÁRIO DE TÉRMINO:** _____

QUANTIDADE DE ACERTOS: _____ **QUANTIDADE DE ERROS:** _____

1. O cartunista e jornalista Henfil (1944-1988) se notabilizou pela construção de um humor marcado pela ironia e pelo cinismo. Graúna é um dos seus cartuns publicado em O Pasquim.



Com base no desfecho irônico proposto sobre a capacidade das populações analfabetas escolherem os seus líderes políticos por meio do voto, depreende-se que:

- a) Os analfabetos não estão prontos para a democracia, uma vez que votam pela aparência ou de acordo com suas necessidades pessoais.
- b) As pessoas analfabetas têm capacidade de justificar as escolhas dos seus candidatos políticos a partir de critérios racionais.
- c) As pessoas analfabetas são mais influenciáveis na política que os alfabetizados, pois não possuem instrução para identificar as estratégias e discursos ludibriantes dos candidatos políticos.
- d) As pessoas alfabetizadas são as mais qualificadas para escolher o representante político que deve governar o país.
- e) As pessoas analfabetas são ingênuas e facilmente manipuláveis o que limita sua capacidade de escolher o político que governará toda a população do país.

2. A organização do Estado Nacional Brasileiro teve, entre outras características, a codificação das leis, a exemplo do Código Criminal do Império (1830), do Código do Processo Penal (1832) e da Constituição de 1824. Sobre essa Constituição, analise o que se afirma a seguir.

- () Definia o regime de governo como uma monarquia constitucional hereditária, e dividia os poderes em executivo, legislativo, judiciário e moderador.
- () Determinava o catolicismo como religião oficial do Estado, proibindo o culto doméstico aos praticantes das demais religiões.
- () Estabeleceu as eleições como primárias e secundárias, sendo que, nas primárias, o eleitor elegeria um colégio eleitoral que, por sua vez, nas secundárias, elegeriam senadores e deputados.
- () Previa a extinção lenta e gradual da escravidão, instituindo um sistema de trabalho livre nas lavouras de café.
- () Por ela, o poder moderador seria um instrumento para limitação do poder do monarca e dos seus ministros.

3. Leia.

Dois anos após Getúlio Vargas assumir a liderança do país, pondo um ponto final na Primeira República, já enfrentava a oposição numa guerra que tinha como bandeira o retorno à normalidade constitucional.

RODRIGUES, João Paulo. Uma multidão sai às ruas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. n. 82, ano 7, p. 30, jul. 2012.



Disponível em:
<http://www.brasilcultura.com.br/historia/9-de-julho-revolucao-constitucionalista>.
 Acesso em: 6 set, 2012.

Sobre a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Era Vargas, assinale a(s) proposição(ões) CORRETA(S).

- 01) Durante o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), as relações entre o governo federal e os políticos paulistas foram marcadas por grande tensão e instabilidade. Os paulistas, além de resistirem aos interventores, ainda suportavam a perda de controle sobre as decisões referentes à política econômica.
- 02) Apesar da derrota militar do movimento constitucionalista de 1932 para as tropas federais, Vargas acabou atendendo à principal reivindicação dos paulistas e convocou eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934, foi promulgada a nova constituição do país.
- 04) Entre as principais disposições contidas na Constituição de 1934, destacavam-se as questões eleitorais, as leis trabalhistas e as ações nacionalistas.
- 08) A política trabalhista de Vargas contribuiu para sua aproximação com os ideais comunistas e para a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945), com o grande apoio da Aliança Nacional Libertadora.
- 16) Após a Constituição de 1934, e com a positiva repercussão de suas ações no governo provisório, Getúlio Vargas foi eleito presidente pelo voto direto com expressiva votação e apoio popular.

4. No começo da década de 1830 na Corte circulava um jornal intitulado *O Homem de cor*. A epígrafe do jornal era a citação de um artigo constitucional: “Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. O redator combatia uma afirmação do presidente da província de Pernambuco, Manoel Zeferino dos Santos, que continha críticas à qualificação dos oficiais da Guarda Nacional, e propunha a separação entre os batalhões “segundo os quilates da cor”.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 51 (adaptado).

Artigo 6º. São Cidadãos Brasileiros:

- 1) Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

Constituição Imperial do Brasil de 1824

Vocabulário:

Ingênuos: filhos de ex-escravos

Libertos: ex-escravos

O processo de independência do Brasil e a abdicação de Dom Pedro I, em abril de 1831, alimentaram expectativas de aprofundamento das reformas liberais. A epígrafe do jornal *O Homem de cor* expressa

- a) a crítica à própria Constituição do Brasil, que tratou de estabelecer diferenças entre os cidadãos brancos e negros na ocupação de cargos.
- b) a construção de uma identidade racial que previa a união de escravos, ex-escravos e seus descendentes na oposição ao sistema escravista.
- c) a crítica ao monopólio dos portugueses na ocupação de cargos públicos e militares, que se mantinha mesmo depois da independência.
- d) a luta pelo reconhecimento do direito de cidadania a todos os não escravos nascidos no Brasil, independente de critérios raciais.

5. O fechamento da Assembleia Constituinte, por D. Pedro I, em novembro de 1823,

- a) impediu a tentativa de recolonização portuguesa e eliminou a influência política da Igreja Católica.
- b) isolou politicamente o imperador e determinou o imediato final do Primeiro Reinado brasileiro.
- c) representou a centralização do regime monárquico e provocou reações separatistas.

- d) ampliou a força política dos estados do nordeste e facilitou o avanço dos projetos federalistas.
- e) assegurou o caráter liberal da nova Constituição e aumentou os poderes do judiciário.

6. Em todos os modelos, as eleições se decidem por maioria de votos. Nesse sentido, as eleições podem ser de vários tipos: simples, relativo e absoluto. Conforme o tipo adotado, ganha o candidato que obtiver mais votos, com qualquer número, ou é estabelecido um quorum, uma quantidade mínima de votos, para que haja vencedor, e a eleição seja validada, ou, ainda, é exigido metade mais um dos votos válidos.

MARTINEZ, P. *Forma de Governo*. São Paulo: Moderna, 1992 (adaptado).

No Brasil, já foram praticados, desde a colônia, vários sistemas eleitorais. Nesta perspectiva

I. no tempo da colônia, os nobres podiam eleger, entre eles, representantes dos conselhos locais.

II. na República Velha, a riqueza deixou de ser requisito para votar e ser votado.

III. a Constituição de 1946 manteve a proibição de voto dos analfabetos e das mulheres.

IV. o golpe militar de 1964 e a ditadura que se seguiu puseram fim às eleições diretas para presidente.

V. a Constituição de 1988 transformou o Brasil numa democracia de massa: eleger seus representantes tornou-se um direito de todos.

Estão corretas

- a) apenas as afirmativas I e IV.
- b) apenas as afirmativas I, II e V.
- c) apenas as afirmativas I, II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas III e IV.
- e) todas.

7. O artigo 402 do Código penal Brasileiro de 1890 dizia:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens.

Pena: Prisão de dois a seis meses.

SOARES, C. E. L. *A Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro: 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (adaptado).

O artigo do primeiro Código Penal Republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava

- a) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.
- b) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.
- c) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.
- d) a criminalização de práticas culturais e a persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.
- e) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.

8. A sétima constituição brasileira acabou de completar 20 anos. Ela foi promulgada em 1988, em meio ao processo de redemocratização do Brasil. Sobre as constituições anteriores a esta, é possível dizer que:

- a) A constituição de 1967, a mais democrática de todas, foi redigida durante o governo militar de Castelo Branco e a

primeira a afirmar que todos os brasileiros são cidadãos e iguais entre si.

- b) O período monárquico só teve uma constituição, que foi outorgada por Dom Pedro I em 1824, e contou com o princípio liberal-iluminista da tripartição dos poderes (executivo, legislativo e judiciário).
- c) A constituição de 1891 implantou o sistema republicano no país, eliminou os últimos vestígios da monarquia e estabeleceu o voto secreto e universal para todos os cargos do executivo e do legislativo.
- d) O Estado Novo elaborou duas constituições para o país: a de 1934, que garantia plena liberdade de expressão e de participação política, e a de 1937, que suprimia todo direito político.
- e) A constituição de 1946, de caráter liberal-democrático, extinguiu a pena de morte, incorporou direitos trabalhistas, restaurou o federalismo e proibiu a reeleição para cargos do poder executivo.

9. Um aspecto importante derivado da natureza histórica da cidadania é que esta se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que se denomina Estado-nação. Nessa perspectiva, a construção da cidadania na modernidade tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. In: *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: 2004 (adaptado).

Considerando-se a reflexão acima, um exemplo relacionado a essa perspectiva de construção da cidadania é encontrado

- a) em D. Pedro I, que concedeu amplos direitos sociais aos trabalhadores, posteriormente ampliados por Getúlio Vargas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- b) na Independência, que abriu caminho para a democracia e a liberdade, ampliando o direito político de votar aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres.
- c) no fato de os direitos civis terem sido prejudicados pela Constituição de 1988, que desprezou os grandes avanços que, nessa área, havia estabelecido a Constituição anterior.
- d) no Código de Defesa do Consumidor, ao pretender reforçar uma tendência que se anunciava na área dos direitos civis desde a primeira constituição republicana.
- e) na Constituição de 1988, que, pela primeira vez na história do país, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, alargando o alcance dos direitos civis.

10. Diferentemente do que ocorre com os Estados Unidos que possui uma única Constituição desde o final do século XVIII, quando proclamou a sua independência, o Brasil já teve inúmeras Constituições desde o 7 de setembro de 1822. Assinale a alternativa incorreta sobre as diversas Constituições que marcaram a nossa história:

- a) A Constituição de 1824, única da fase monárquica, caracterizou-se pela criação de 4 poderes, incluindo o Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.
- b) Durante a chamada Era Vargas, duas foram as Constituições postas em vigor: a de 1934 e a de 1937;
- c) O texto constitucional de 1946 fixou o mandato presidencial em 5 anos.
- d) A Constituição de 1967, já em pleno período ditatorial, estendeu o mandato presidencial para 6 anos.
- e) Ainda que a atual Constituição, em vigor desde 1988, não estabelecesse a possibilidade de reeleição presidencial, uma emenda constitucional a modificou para permitir essa prática pela primeira vez em nosso país.